# A abrangência da Antropologia

**Antropologia** é uma palavra iluminante que chama a atenção pelos dois substantivos que a compõem, ambos de origem grega: *anthropos* = homem; *logos* = estudo, e também "razão", "lógica". "Estudo do homem" ou "lógica do homem" são duas possíveis definições distintas, porém convergentes, daquilo que se entende por Antropologia. No primeiro caso, a Antropologia faz parte do campo das ciências – ciência humana – tal como a Sociologia ou a Economia; no segundo caso, ela está relacionada a temas que estão no campo da Filosofia, da Lógica, da Metafísica e da Hermenêutica, como se fora uma coadjuvante mais sensitiva.

Apesar de sua etimologia, não foram os geniais gregos, criadores da filosofia, que inventaram a Antropologia. Eles se consideravam tão superiores aos povos e nações vizinhos, seus contemporâneos, a quem chamavam de "bárbaros", que mal tinham olhos para os ver e os apreciar. Para surgir a Antropologia – cuja característica mais essencial é mirar o Outro como um possível igual a si mesmo – seria preciso um tempo de dúvidas e ao mesmo tempo de abertura ao reconhecimento do valor próprio de outras culturas. Tal tempo só surgiria séculos depois, quando a Europa, em vias de perder sua velha identidade medieval, ainda incerta sobre o que viria a ser, duvidou de si mesma e pôde assim olhar e conceber outros povos, ao menos teoricamente, como variedades da humanidade, cada qual com seus próprios valores e significados.

O pensar antropológico, o pensar sobre o aparente paradoxo de o homem ser um só, como ser-espécie da natureza, e ao mesmo tempo

ser múltiplo em suas expressões coletivas, a cultura; o pensar sobre o diferente ser o mesmo; sobre as potencialidades reais e recônditas de cada cultura – é fruto desse momento criativo do Iluminismo. Assim, no seu primórdio iluminista, a Antropologia se situa no campo da Filosofia, da especulação sobre o homem e suas possibilidades de ser e de agir. É um método de conceber o homem em sua variedade cultural e reconhecer nessa variedade faces diferentes de um mesmo ser. Para falar em termos filosóficos, a Antropologia é um modo de pensar a variedade do homem, outras culturas, o Outro, num mesmo patamar em que se coloca a cultura de onde surge esse pensar, a cultura européia, isto é, o Mesmo. Podemos, brincando com as palavras, dizer que, para a Antropologia, o Mesmo e o Outro são o Mesmo; ou, o Outro e o Mesmo são o Outro.

Para se obter esse pensar é preciso ter-se ou criar-se a capacidade de sair ou tomar distância de sua própria cultura, dos valores por ela cultivados, para daí penetrar e entender outras culturas pelos valores dessas outras culturas, não de sua própria. Tal método de pensar é condição *sine qua non* para existir o pensamento antropológico; mas é um ideal a ser alcançado, está em permanente construção, porquanto ele induz o homem a vivenciar uma ética difícil de ser realizada plenamente. Como, diante das evidências gritantes das diferenças e das desigualdades entre culturas, entre povos, podemos e devemos ver tais diferenças num plano de igualdade e respeito? Em suma, a Antropologia nasceu como um modo revolucionário e radical do homem pensar a si mesmo, que empurra o homem ao esforço de superar seus preconceitos, sua própria cultura, para poder entender e vivenciar a cultura do outro, ou seja, qualquer cultura.

Portanto, a Antropologia nasceu dentro do campo da Filosofia, como se fosse uma Filosofia da cultura. Mais tarde, com a chegada retumbante da teoria da evolução, que integrava todos os seres vivos numa escalada de transformações ao longo do tempo, motivada por um processo de luta incessante pela sobrevivência, a Antropologia passou a ser pensada como uma ciência que iria contribuir para enquadrar o homem e suas culturas num plano contínuo, ou ao menos paralelo ao plano biológico. Desde então, o pensar antropológico tem se desenvolvido tanto como ciência quanto como pensar filosófico; tanto como teoria quanto como especulação; tanto como explicação quanto como interpretação. Antropólogos, os praticantes da Antropologia, têm se pautado ora pelos cânones da ciência, adaptando-os para a compreen-

são do ser humano e de suas culturas, ora pelas modalidades da filosofia, tentando retirar desta os conceitos mais gerais da essencialidade humana e, ao mesmo tempo, tentando injetar na filosofia os conceitos obtidos pela observação e pela prática nos trabalhos empíricos que dão sustentação ao pensar antropológico.

Vejamos como essas duas perspectivas da Antropologia se desenvolvem, definem seu objeto e se complementam na concepção desse objeto.

## Antropologia como ciência

Como "ciência do homem", a Antropologia toma o homem, isto é, o ser humano, no sentido integral de homem e mulher, de coletividade, mas também de espécie da natureza e de ser da cultura e da razão, como um objeto de estudo. Isso quer dizer que o homem pode ser objetivado, esquadrinhado, medido, calculado, dimensionado no tempo e no espaço, tal qual outros objetos científicos, como o cosmo (cosmologia ou astronomia), a terra (geologia) e os seres vivos (biologia).

Grande parte dos antropólogos, no Brasil e mundo afora, trabalha no entendimento de que são cientistas, definindo seu objeto de muitas maneiras, por muitos ângulos, sempre no empenho de contribuir para ampliar, renovar em alguns aspectos, consolidar em outros, o conhecimento sobre o homem. É nesse sentido que a Antropologia se coloca como uma ciência lado a lado com a Sociologia, a Politicologia, a Economia, a Psicologia e suas respectivas especialidades e subdisciplinas – todas agrupadas pelo termo "ciências humanas" ou "ciências sociais". As ciências humanas têm o ser humano como seu objeto de estudo, mas cada qual o faz privilegiando ora um aspecto, ora uma parte, ora uma dimensão.

**Ciências Humanas**

A **Sociologia**, como sugere seu nome, cuida da *sociedade*, o homem como ser coletivo vivendo em família, em grupos, em cidades, repartido em classes sociais, em castas, em nações; ou problematizado em lutas, conflitos e revoluções.

A **Economia** estuda o homem em seu aspecto material, a produção de bens de uso, que se transformam em bens de troca, as instituições de distribuição, e as conseqüências advindas do eventual

mal resultado, ou do resultado desigual da distribuição e do consumo desses bens. Para muitos, a economia é uma "ciência desgraçada" (*dismal science*, em inglês), já que ela parte do chamado "princípio da escassez", segundo o qual o desejo dos homens para possuir bens é infinito, enquanto as possibilidades de realizá-lo são bem menores. Daí o descompasso entre meios escassos e fins infinitos; daí a repartição desses bens terminar pesando mais para uns do que para outros, resultando em desigualdades sociais. Para muitos, a economia é a ciência humana que mais se aproxima de uma ciência sistemática, capaz de medição, de controle e de probabilidade. Quase todo mundo considera que a economia influencia todas as ações humanas, desde o modo de existir até o pensamento religioso. Também pelo fato de tratar de riqueza é que os economistas são tão admirados e tão freqüentemente chamados para planejar e dirigir os países. Já outros consideram o pensar economicista uma limitação ao pensar humano.

A **Politicologia**, ou **Ciência Política**, reporta-se ao estudo da dimensão do poder que permeia as relações entre os homens, as classes sociais, as instituições, especialmente o Estado, as sociedades e as nações. A Política foi pensada pelos filósofos gregos como um saber e uma arte de equilibrar interesses díspares em prol de um bem comum. Foi considerada por Aristóteles o modo ou a arte mais nobre de convivência. Porém, desde Maquiavel, Hobbes e, mais recentemente, Foucault, o poder é visto como uma dimensão da opressão do homem sobre o homem, quase, para falar religiosamente, como o lado mal do ser humano. Pois que, o uso, ou mau uso, do poder sempre se dá em detrimento de alguém. Por isso, a Ciência Política refere-se muito mais a conflito do que a negociação e convivência.

Já a **Psicologia** perscruta a psique dos homens, sua formação mental e emocional, a relação própria de cada pessoa com o ambiente em que vive. É uma ciência bipartida entre o aspecto fisiológico e o aspecto mental do homem. A figura mais destacada é Sigmund Freud (1854-1938), que descobriu que o inconsciente humano tem sua própria razão de ser e seu modo próprio de agir, aquém e além do consciente. A Psicologia discorre, portanto, sobre o ser humano como indivíduo tanto consciente quanto inconsciente de si.

Num sentido muito ambicioso, a Antropologia é a ciência humana que presume abordar um pouco de tudo que cada outra ciência humana aprecia. Primeiramente, ela busca tratar da questão básica da natureza do homem, de sua condição fundamental de ser uma espécie biológica, localizada na ordem dos primatas, na subordem dos antropóides, na família hominóidea, no gênero dos hominídeos, como a espécie *Homo sapiens*. Em segundo lugar, essa ciência visa ao homem como ser de cultura, um modo de ser para além dos condicionamentos da natureza, para o que se subentende uma inteligência capaz de encarar o mundo através de convenções simbólicas, as quais são sistematizadas e transmitidas de geração a geração não pelo instinto ou pela carga genética, mas pela linguagem, que é a quintessência da comunicação humana. Num sentido metafísico, cultura é uma espécie de "segunda natureza" do homem, uma mediação, uma qualidade de filtro ou lente que permite ao homem formar noções sobre si mesmo e sobre o mundo e, ao mesmo tempo, agir. Num sentido empírico, cultura é *tudo* que o homem faz parcialmente consciente e parcialmente inconsciente, além daquilo que sua natureza biológica o permite fazer. Fazer significa não somente produzir os meios de sua sobrevivência (Economia), mas também pensar (Filosofia), desejar (Psicologia) e relacionar-se uns com os outros (Sociologia e Política). Adicione-se a esses atributos a idéia de que o homem, embora pense e faça as coisas como ser individual, tem seu pensamento e seu comportamento condicionados por sua existência numa coletividade, a sociedade. Tal explicação pode parecer auto-evidente, mas serve para identificar um dos temas mais importantes da sociologia, que é entender a relação do indivíduo com a sociedade.

Dando conta dessa divisão de tarefas, entre entender o homem como ser da natureza e ser da cultura, a Antropologia como ciência se apresenta nos currículos das universidades mundo afora em quatro subdisciplinas: Antropologia Física ou Biológica; Arqueologia; Lingüística; e Antropologia Cultural ou Social. A questão da posição do homem na natureza, que compreende as temáticas de evolução, distribuição e adaptação pelos quatro cantos da Terra, as características e os potenciais biológicos são estudados no âmbito da Antropologia Biológica. A Arqueologia subsidia com dados essa questão, mas vai adiante ao auxiliar a Antropologia Cultural na formulação dos processos das transformações da cultura ao longo do tempo. Trataremos aqui também da Lingüística, como uma das subdisciplinas que subsidia o conhecimento do homem como ser da cultura. Entretanto, deixaremos para tratar da Antropologia Cultural

por seu próprio mérito a partir do capítulo "Cultura e seus significados", reconhecendo que é essa subdisciplina que representa o grande esforço do pensamento antropológico da atualidade.

## Antropologia Biológica

Para o público que ouve falar de Antropologia, mormente em documentários de cunho científico, através de programas de televisão educativa e por reportagens mais chamativas de noticiários, a Antropologia Biológica representa, freqüentemente, a imagem do que parece ser a Antropologia. A busca da origem do homem, a comparação com os macacos, o poder do instinto sobre a cultura e a civilização. Há razões para se pensar assim. É que esses e outros temas, alguns tratados com certa mistificação, foram, provavelmente, os primeiros a cativar o interesse do público e dos pesquisadores no momento em que a Antropologia, paralelamente à Sociologia, estava começando a surgir como uma ciência.

O mundo se quedou abismado a partir do momento em que um certo esqueleto descoberto no vale do Neander, na Alemanha, em 1856, foi proposto como sendo de um provável ancestral do homem. O chamado Homem de Neanderthal virou "o elo perdido" entre o homem e os grandes símios, eis como foi conjeturada e alardeada essa descoberta – e eis como o tema continua a prevalecer no imaginário coletivo até hoje. Consolidando esse imaginário pela ciência, surgiu em 1859 a publicação da *Evolução das espécies*, do biólogo inglês Charles Darwin, cuja teoria iria revolucionar a forma de o homem pensar a diversidade das espécies da natureza e o sentido científico da vida. A teoria de Darwin concebe que a vida, além de depender de uma série de processos químicos de troca de energia, está sujeita a um imperativo fundamental, que é a sua continuidade, a qual depende da capacidade de disputa de cada espécie dentro do ambiente em que está inserida. A famosa frase "a sobrevivência do mais apto" sintetiza a teoria da evolução, mesmo que se compreenda modernamente que a disputa entre as espécies dá vez, com freqüência, a processos cooperativos. Com o destemor de quem estava certo das conseqüências ideológicas de sua teoria, Darwin não fugiu ao desafio de pôr o homem como um ser da natureza, que, portanto, passaria pela mesma injunção de competir com outras espécies e, provavelmente, consigo mesmo, pela sobrevivência.

Para a Antropologia Biológica, o homem é visto e definido como um ser da natureza que evoluiu fisicamente até chegar, há uns 80.000 anos (a partir de seu surgimento há cerca de 200.000 mil anos), à condição atual, desde então praticamente sem mudanças essenciais, a não ser aquelas derivadas de adaptações físicas aos quatro cantos da Terra. A evolução humana teria se realizado por processos idênticos aos dos demais animais, isto é, condicionada aos processos da lei da evolução. Entretanto, o homem se tornou um ser especial por ter adquirido aquilo que de modo geral se chama cultura. Inclui-se aqui a capacidade de comunicação por um sofisticado sistema lingüístico, a fabricação e a utilização de ferramentas – o fogo em primeiro lugar – e a adoção generalizada de um costume social excepcional, a proibição do incesto, isto é, de relações sexuais entre pais e filhos e irmãos e irmãs, como regra fundamental da sociedade humana. Os antropólogos biólogos se preocupam com os aspectos fisiológicos da evolução do homem, mas não podem deixar de reconhecer que os aspectos culturais, desde o início, ajudaram na evolução biológica. Por exemplo, quando o fogo passou a ser usado para cozinhar alimentos, os grandes molares, encontrados nos fósseis de alguns ancestrais humanos e próprios para triturar sementes, ficaram dispensados dessa função, já que sementes cozidas são mais facilmente mastigáveis. Assim, para reconstituir como os ancestrais do homem viviam, os antropólogos biólogos freqüentemente recorrem a modelos e explicações criados pelos antropólogos culturais, de vez em quando adicionando uma idéia que surge na tentativa de imaginar os percalços dessa evolução.

Duas questões de grande importância científica orientam as pesquisas da Antropologia Biológica: a primeira é localizar a posição do homem enquanto *Homo sapiens* na sua ordem e na sua escala de evolução. Importa saber como o homem evoluiu fisicamente, por quais motivos e influências, sob quais condições. Importa saber essa história, seu trajeto de evolução e como se espalhou e se adaptou por todo o globo. A segunda questão é entender o quanto de "animal", de ser da natureza, de orgânico, ainda existe no homem tal qual ele é hoje. O quanto que o homem faz vem diretamente de seus instintos de animal e o quanto deriva de comportamentos adquiridos no curso de sua evolução biológica ou das transformações culturais. Tal questão tem desdobramentos em vários setores das ciências humanas e até da filosofia. É grande ainda o debate sobre o quanto o homem age como um animal em busca de sua sobrevivência pessoal e coletiva e o quanto ele age por preceitos

adquiridos através da cultura, da religião, da ética. O modo e as intenções como essa última questão é abordada terminam influenciando, hoje em dia, quem acredita na possibilidade de as nações e as sociedades viverem em bons termos ou quem considera que o homem é incapaz de sobrepujar seu instinto de luta pela sobrevivência, tal qual os animais, em nome de um ideal cultural maior.

### Quadro Evolutivo do *Homo sapiens*

Um dos quadros mais cambiantes da Antropologia Biológica é o da reconstituição da evolução da linhagem humana. A cada momento os resultados de novas pesquisas arqueológicas parecem mudar radicalmente aquilo que se tinha por certo alguns meses antes. O mesmo se dá no campo da Biologia Molecular, que tanto tem contribuído para se entender esse processo através dos estudos sobre a evolução da mitocôndria do DNA. Há muita divergência de opinião entre os antropólogos, e mesmo quando alcançam um consenso mudam na primeira notícia de novas descobertas. Mas uma coisa até agora é certa. *Homo sapiens* e toda sua linhagem surgem e evoluem na África. Assim, o quadro que se apresenta aqui é apenas o estado da arte em agosto de 2007, podendo mudar em setembro ou em 2008. *Homo sapiens* é o resultado de um processo evolutivo que começa há uns seis milhões de anos (6Maa) quando nosso primeiro ancestral, o *Australopithecus*, desmembra-se de uma família mais ampla que incluía os chimpanzés. Antes, por volta de 10 Maa, os dois haviam se desmembrado de uma linhagem que continha os gorilas e os orangotangos. Os *Australopithecus* já tinham uma postura ereta ou semi-ereta, e isso é o que mais os distingue dos chimpanzés, já que o tamanho de seus cérebros era quase igual, em torno de 400 cc. Os *Australopithecus* permaneceram na Terra até cerca de 1,4 Maa e tiveram várias espécies, uns mais robustos e outros mais graciosos. Dos graciosos, provavelmente o *Australopithecus africanus* é que surgiu o primeiro hominine do gênero *Homo*. Isso por volta de 2,5 Maa. Da primeira fase do gênero *Homo* se desenvolvem ao menos duas espécies, o *habilis* e o *rudolphensis*, e talvez do *habilis*, já com o uso de utensílios de pedras, surgem ao menos três espécies: *erectus*, *ergaster* e *heidelbergensis*, todos por volta de 1,9 Maa. Todas essas espécies se espalharam da África para a Europa e Ásia e conviveram entre si. *Homo erectus*

sobreviveu no sudeste asiático até pelo menos 53 mil anos (53 Maa). Em algum momento, por volta de 200 Maa, surgem duas espécies muito próximas em termos de tamanho do crânio e capacidade lingüística, o *Homo neanderthalensis* e o próprio *Homo sapiens*. Alguns antropólogos consideram o *neanderthal* uma variação do *Homo sapiens*, outros, seu precursor. De todo modo, eles conviveram e provavelmente disputaram entre si até 28 Maa. Daí por diante não há mais sinal de *neanderthal*. A não ser que o Homem das Montanhas seja um sobrevivente! *Homo sapiens* alcançou a Austrália por volta de 60 Maa, parece que ainda sem arco e flecha, mas chegou às Américas, via Estreito de Behring, que ligava a Sibéria ao Alasca, por volta de 35 Maa, já armado de arco e flecha. Por volta de 12 Maa já havia grupos humanos na ponta da América do Sul e em todas as partes do mundo.

De certo modo, a temática mais importante da Antropologia Biológica é tentar encontrar o lugar do homem na Natureza e ao mesmo tempo conhecer a especificidade de sua natureza. Para tanto, ela está em permanente diálogo e busca subsídios em várias ciências biológicas, a começar pela Anatomia. Isso se dá, sobretudo, porque os principais indícios que ajudam a formular as passagens da evolução biológica do homem estão nos restos de ossos e esqueletos fossilizados. A Arqueologia trata de descobrir esses remanescentes ósseos, como logo veremos, mas são os antropólogos biólogos que se dedicam ao estudo e à comparação do esqueleto humano com os esqueletos dos demais primatas, os quais dão pistas sobre a proximidade do homem com esses animais e, ao mesmo tempo, permitem formular hipóteses sobre como se deram as mudanças nas suas estruturas ósseas, por que razões e em que períodos. Importante é saber como o homem tornou-se ereto e bípede, como aumentou a sua capacidade craniana, qual tem sido sua dieta ao longo desses anos, como ele adquiriu a capacidade de fabricar instrumentos e, enfim, de falar.

Com a Genética a Antropologia Biológica quer total proximidade, sobretudo porque as descobertas dos últimos 30 a 40 anos nessa área têm ajudado a projetar similitudes e diferenças entre as espécies que antecederam o homem e a subordem dos antropóides, afinando, desse modo, o quadro evolutivo que se projeta para o homem. Um exemplo é a corroboração genética de que o homem, bem como todos seus antecedentes de família e gênero, evoluíram no continente africano. Tal

teoria surgiu a partir da descoberta, em 1912, na África do Sul, de um esqueleto fossilizado de um hominóideo que ficou cognominado de *Australopithecus*, por seu descobridor, Eugene DuBois, cuja descoberta foi seguida de inúmeras outras semelhantes que permitiram reconstruir uma trajetória que passa por outras espécies do gênero dos *australopithecinos* até chegar ao gênero *Homo*, o qual, por sua vez, passa pelas espécies *erectus* e *neanderthalensis* até chegar ao *sapiens*. Consolidando essa teoria além das evidências arqueológicas e anatômicas, a descoberta da persistência da célula hipocondrial aventa com a teoria de que todos os homens da atualidade teriam vindo de uma Mãe Primeva ou Ancestral, e que esta mãe provavelmente teria evoluído nas mesmas condições ambientais de onde teriam surgido as espécies hominídeas anteriores, qual seja, na África.

Um dos afazeres mais visíveis da Antropologia Biológica são as pesquisas que os seus estudiosos fazem sobre os demais primatas, especialmente os antropóides superiores, aqueles que mais proximamente podem ser comparados em sua carga genética e em seu comportamento com o homem. A idéia por trás dessa atividade é descobrir o quanto de "animal" existe no homem, o quanto seu comportamento social é próximo ou distante do comportamento social dos seus primos antropóides; mas também o quanto de inteligente e "cultural" existe nos próprios antropóides. Será que o chimpanzé aprenderá um dia a pensar? Esse ramo da Antropologia Biológica se chama Etologia e é exercida tanto em laboratórios, por meio de pesquisas genéticas e pesquisas controladas sobre comportamento, quanto em campo, observando o comportamento ao natural, nas savanas (por exemplo, hordas de babuínos), nas florestas africanas (especialmente chimpanzés e gorilas), nas florestas do subcontinente indiano (macacas), nas ilhas da Indonésia (gibões e orangotangos), além do Japão e na Floresta Amazônica (macacos em geral). É portanto uma atividade científica das mais cheias de aventura e questionamentos a que os antropólogos biólogos se dedicam. Aventura porque a pessoa se deslocar para savanas e florestas para observar o comportamento de animais exige coragem, desprendimento e dedicação; questionamento porque experiências de laboratório com animais que apresentam tal vivacidade de inteligência freqüentemente tocam os sentimentos éticos e morais dos pesquisadores por estarem manipulando seres que, de algum modo, entendem o que se está fazendo com eles. (Porém este é um problema que atinge a todos os pesquisadores de laboratórios, até os que trabalham com camundongos.)

## Arqueologia

A Arqueologia[1] é a outra subdisciplina que auxilia na compreensão da evolução do homem ao longo do tempo. Mas ela é também fundamental para se reconstituir antigas sociedades e culturas. Segundo sua etimologia grega, Arqueologia pode ser definida como o "estudo dos tempos primevos". Assim, os arqueólogos se dedicam ao estudo tanto de remanescentes ósseos que podem elucidar na compreensão da escalada evolutiva do homem, quanto de sociedades que não mais existem, ou ainda aquelas de tempos pretéritos que hoje em dia são bastante diferentes do que eram. A idéia é reconstruir o passado por meio das evidências concretas que podem ser, literalmente, desenterradas: lascas de pedras que um dia foram facas, furadores e raspadores; ossos, esqueletos e corpos mumificados, que podem dar dados sobre idade, doenças, hábitos alimentares, *status* social; pólens e dejetos fossilizados que podem indicar hábitos alimentares; madeira carbonizada, que ajuda a determinar a idade de seu uso e, portanto, a idade do sítio arqueológico; cerâmica, que indica técnicas, arte, alimentação; monumentos, templos, tumbas, enterramentos, cemitérios, depósitos de lixos, etc., que podem indicar nível econômico, organização política e religiosa, sedentarização, transumância ou nomadismo.

A Arqueologia parece uma aventura em desertos, em ruínas, em cidades desaparecidas, ou na busca de segredos do passado. As imagens de descobridores de túmulos com pedras preciosas, de câmaras escondidas em pirâmides, ou de escavadores de sítios e cavernas estão no imaginário do público em geral. Porém, a Arqueologia não é só sensação. Noventa por cento é trabalho árduo, suor e poeira, viver em acampamento e passar horas tentando limpar um esqueleto ou colar os cacos de um vaso. É, acima de tudo, uma sistematização científica de uma série de técnicas de pesquisa, com a definição de um objeto específico que tem uma temporalidade e com propósitos de explicação e teorização sobre esse objeto. O que interessa à Arqueologia é contribuir para o conhecimento do homem tanto em sua diversidade cultural quanto em suas transformações culturais, só que concentrando naquilo que já se foi.

Por isso é que a Arqueologia está no âmbito das preocupações da Antropologia Cultural, ajudando-a, com dados do passado, a confirmar ou rejeitar teorias sobre aspectos da cultura e das culturas da atualidade. Por outro lado, a Arqueologia é um meio imprescindível pelo qual os

antropólogos biólogos buscam dados para formular os modelos e as teorias sobre a evolução biológica do homem. Nesse último sentido, a Arqueologia é uma coadjuvante de peso para a Antropologia Biológica.

A Arqueologia, subordinada destarte aos objetivos teóricos da Antropologia Biológica e da Antropologia Cultural, torna-se acima de tudo uma atividade de técnicas de descoberta, análise e reconstrução de dados concretos que podem ser transformados em hipóteses factuais, para serem elaboradas em teorias. Descobrir um sítio arqueológico, por exemplo, se até trinta anos atrás era uma questão de sorte, ou acontecia quando alguém já o tivesse encontrado e, provavelmente, estragado, consiste, hoje em dia, numa tarefa meticulosa que usa técnicas de leitura de fotos de satélites, conhecimento do solo, avaliação de probabilidades da existência de sítios advindas de dados hipotéticos, como trajetória de migrações de povos ou de guerras. Abrir e escavar um tal sítio requer técnicas e experiência para não perder dados, como ossos, pedaços de argila, cotocos de pau, restos alimentares (inclusive já digeridos), para preservá-los e para conhecê-los na disposição original encontrada a fim de que possam indicar, em sua reconstituição, a posição e o seu significado em determinado tempo. É trabalho fatigante e meticuloso, do qual é preciso gostar para agüentá-lo; por isso é que todo estudante de Arqueologia é levado a fazer escavações desde cedo em seus estudos.

Muitas técnicas de pesquisa vêm de outros saberes científicos, como a Geologia, a Ecologia, a Paleontologia, a Química, a própria Anatomia, etc. O arqueólogo tem que ter conhecimento de muitos aspectos dessas ciências para melhor avaliar o seu objeto de pesquisa. Determinar a idade de um sítio arqueológico, por exemplo, necessita tanto do conhecimento de química, no caso, da passagem do isótopo de carbono 14 para carbono 12, quanto de Geologia, no caso, da identificação de camadas geológicas onde se encontra o sítio. Amostras dessas substâncias são analisadas em laboratórios especializados, mas o arqueólogo tem que saber retirá-las sem contaminá-las com outros dados, e tem que saber posicioná-las no lugar próprio de onde vieram para que a reconstrução faça sentido. Com efeito, as disputas mais acirradas da Arqueologia referem-se à idade e à temporalidade de determinado sítio arqueológico, e a validade dessas disputas depende, em geral, de como foram retirados os materiais usados para a datação.

No Brasil pouco se faz em matéria de Antropologia Biológica. Afinal, pouca gente duvida que o homem quando chegou ao continente americano já era o próprio *Homo sapiens*. Nosso interesse biológico

está mais voltado para o conhecimento da diversidade física das populações indígenas, africanas e européias, suas cargas genéticas, suas composições imunológicas, e, especialmente, a miscigenação que aqui ocorreu. O conceito de raça e suas características genéticas e supostamente culturais, que se desdobravam numa hierarquização e pareciam confirmar sua validade pelo preconceito, já foram motivo de grandes preocupações no passado, no tempo em que o mundo estava dominado pela ideologia do darwinismo social. A Antropologia Cultural, entretanto, superou esse tempo ao propor e consolidar a idéia de que o homem, apesar de suas diferenças biológicas – isto é, cor da pele, formato do rosto, cabelo, tendências musculares, etc., – é o mesmo em inteligência e em potencial cultural. De modo que o termo *raça*, como conceito é um mal-entendido, embora continue a ser usado por inércia intelectual, pois serve tão-somente para identificar traços fenotípicos genéricos de determinadas populações, ou, por ideologia, para identificar minorias étnicas e suas condições político-culturais em sociedades marcadas pela desigualdade social.

Já a Arqueologia tem um espaço mais consistente em várias das nossas universidades. Importa-nos saber há quanto tempo o homem está nas Américas e chegou ao Brasil, como se espalhou, de que modo se adaptou aos diversos meios ambientes, como desenvolveu suas culturas. Sítios arqueológicos se encontram em todas as regiões brasileiras, desde os famosos sambaquis, que se apresentam como uns morrotes de calcário formados pela decomposição físico-química das cascas de conchas, moluscos e crustáceos, que foram jogados e amontoados por pescadores e mariscadores nas praias e mangues; as cavernas líticas e suas itacoatiaras ou pinturas rupestres, nos cerrados centrais e nas caatingas nordestinas que serviam de abrigo a caçadores e coletores; até os extensos terraços da ilha de Marajó, que são plataformas de terra e barro acima do nível de alagamento, sobre os quais se erguiam templos e residências da elite e de onde já foram retiradas as vistosas cerâmicas que caracterizam sociedades que tinham protoclasses sociais, sacerdotes e templos, algo que não mais existia quando os portugueses aqui aportaram.

Faz-se muito no Brasil aquilo que se chama de "arqueologia de salvamento". A construção de barragens para usinas hidrelétricas, estradas que cortam terras virgens e mesmo o desmatamento para roças e pastos; e, nas cidades, túneis para metrôs e construção de prédios – freqüentemente esbarram em e destroem valiosos sítios arqueológicos. A legislação brasileira exige que os empreendedores contratem firmas

de arqueologia ou arqueólogos avulsos para fazerem levantamentos do patrimônio arqueológico e resgatarem ao menos aquilo que for salvável. Às vezes os arqueólogos e o Instituto Brasileiro de Patrimônio Histórico conseguem até desviar o curso de determinado projeto de construção para salvar e preservar algum bem de maior valor para nosso patrimônio.

## Lingüística

A Lingüística é uma ciência humana das que mais se aproxima do modelo de ciência sistemática (o que os americanos costumam chamar de *hard science*), como a física e a biologia. Em muitos departamentos de Antropologia nos Estados Unidos e Europa ela faz parte do currículo da Antropologia como uma subdisciplina com seus próprios méritos. Seu objeto é, evidentemente, a língua, as línguas humanas, suas estruturas internas, suas conexões mútuas, suas histórias, sua capacidade de mudança e, especialmente, o significado que elas dão ao homem e à cultura. Os antropólogos lingüistas estudam em especial as línguas não européias, particularmente as dos povos indígenas, africanos e oceânicos. Ao fazerem isso, têm em mente que as línguas são o principal (alguns falam em "único") meio pelo qual o homem apreende o mundo da natureza e o mundo da cultura. A língua seria o veículo da cultura, que, por sua vez, é a intermediação entre o homem e a natureza.

Conhecida inicialmente como Filologia, a Lingüística surgiu, ainda em fins do século XVIII, quando estudiosos de línguas se deram conta de que as línguas se parecem umas com as outras, portanto, estão conectadas umas com as outras, como se fossem irmãs e derivassem de outras anteriores. Daí a metáfora de que elas formam famílias, que juntas formariam superfamílias, e daí troncos lingüísticos, etc., num processo histórico regressivo que terminaria, se fosse possível traçar todos esses passos, por chegar a uma primeira língua mãe.

Primeiramente demonstraram que quase todas as línguas faladas na Europa (exceção de húngaro, lapão, estoniano, finlandês e basco) teriam derivado de uma única língua, que foi convencionado chamá-la de "proto-Indo-Europeu", a qual teria sido trazida para a Europa da região dos Urais por um povo que se espalhara por todos os seus cantos, além de se ter expandido até a Pérsia e a Índia. Tal acontecimento original teria se dado há uns 7.000 anos. Em seguida, foi sendo demonstrado que as demais línguas em todas as partes do mundo fazem parte de

semelhantes famílias e por idênticos processos históricos. O que aconteceu com as línguas do tronco Indo-Europeu teria acontecido com as línguas dos troncos siamo-chinês, tibeto-burmês, hamito-semítico, bantu, etc. Por conseqüência, todas as línguas adviriam de uma mesma e única língua, tal qual todos os homens, pela teoria evolucionista, advêm de uma única mãe, de uma única espécie. Daí que o mesmo processo histórico-evolutivo explicaria, *grosso modo*, tanto as transformações lingüísticas quanto as biológicas. A teoria do monogenismo (uma única origem) das línguas é contestada hoje pela idéia do plurigenismo, segundo o qual, em determinado momento da diversificação do *Homo sapiens*, mais de uma sociedade humana teria estabelecido sua língua original, como se foram descobertas simultâneas e independentes. Muito mais de pesquisa vai rolar sobre esse tema.

Entretanto, as diferenças entre línguas, criadas pela passagem do tempo, não representam uma hierarquia. O máximo que se pode dizer é que algumas línguas contêm mais palavras do que outras, por força da complexidade material das culturas em que elas funcionam. Porém todas as línguas têm as palavras de que suas culturas precisam para representar suas características e propriedades. Todas são capazes de produzir todo e qualquer tipo de pensamento, do mais simples ao mais abstrato, usando palavras equivalentes, criando novas palavras ou tomando emprestado palavras de outras línguas. Por outro lado, nenhuma palavra de uma determinada língua corresponde perfeitamente a uma palavra de outra língua. O significado das palavras é determinado pelas circunstâncias em que a língua está inserida, que são específicas e mutáveis em cada cultura. O filósofo Luiz Sérgio Coelho de Sampaio chamou essa propriedade lingüística de "a ilimitada complacência do significado".

Em segundo lugar, a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure, os quais foram seguidos pelos trabalhos de Roman Jakobson e Nicolai Troubetzkoy, ficou comprovado que a língua, concretamente formada por sons que se agregam em palavras, tem um caráter sistêmico. Sons tornam-se inteligíveis para os falantes de uma língua por se contraporem uns aos outros e por constituírem um sistema coeso, o sistema fonético, o qual exclui da compreensão qualquer outro som fora do sistema. Palavras representam alguma coisa real, mas só fazem sentido por convenção da língua, através de um ordenamento próprio, a gramática. O sistema fonético, a gramática e os significados das palavras, a semântica, nada têm a ver com a materialidade desses sons, e os falantes de uma

língua aprendem tudo isso inconscientemente. Também descobriu-se que o caráter histórico das línguas se deve a uma tendência própria de instabilidade interna. Os sons dentro de um sistema mudam, o sistema muda, a gramática pode mudar e até o significado das palavras muda. Juntando-se o caráter sistemático com a instabilidade, pode-se prever em que direção uma determinada língua poderá mudar, por quais sons e fonemas e por quais arranjos gramaticais.

Assim, a Lingüística desenvolveu-se como uma teoria científica bastante sistemática, atraindo a atenção das demais ciências humanas. Como ela é não somente parte da cultura, mas quiçá sua parte mais essencial, não seria possível que a cultura também fosse estruturada da mesma forma? A partir da década de 1940, um egresso da filosofia, que havia se tornado antropólogo por ter feito pesquisas de campo entre diversos povos indígenas no Brasil, Claude Lévi-Strauss (1908-), passou a usar a teoria estrutural da Lingüística como um modelo para compreender a cultura, não apenas nos seus aspectos mais sociológicos, como a economia, a organização social, mas também nos menos concretos e mais inconscientemente elaborados, tais como ritos, mitos e crenças. Discutiremos a escola estruturalista da Antropologia em detalhes mais adiante.

## Antropologia como filosofia da cultura

Antropologia também se presume uma "lógica do homem", no que ela se aproxima das matérias do campo filosófico: a lógica como a expressão formal de um modo de pensar e sua correspondência com um modo de ser, tal como foi intuído um dia pelo filósofo Parmênides; a metafísica como o conhecimento do ser próprio da vida e das coisas do mundo (do qual o homem partilha e pensa); e a hermenêutica, como modo de conhecer pela interpretação onde a palavra e os atos se interpenetram e dão sentido ao homem.

Nesse sentido, a concentração do interesse da Antropologia sobre *cultura* e a indagação sobre suas qualidades, seu ser, sendo este ser a própria representação do homem, o seu *espírito*, para falarmos nos termos de Hegel, faz da Antropologia uma coadjuvante mais sensitiva da Filosofia; daí é que podemos considerar que a Antropologia também é uma Filosofia da Cultura.

Como vimos, o pensamento antropológico surgiu no Iluminismo como uma especulação sobre o homem, sua natureza, suas transforma-

ções e seus potenciais. Os filósofos iluministas não fizeram propriamente pesquisas sobre outros povos, mas conheciam os relatos e livros escritos por viajantes que haviam estado com povos do Novo Mundo, da Ásia e da Oceania. A Europa havia se expandido desde 1500, conquistara muitos povos, à força das armas, mas não era ainda uma controladora absoluta deles, à força da economia. Só com o desenvolvimento de novos meios e técnicas de produção capitalista, é que o verdadeiro imperialismo europeu iria se estabelecer por quase todo o mundo, inclusive em antigas civilizações como as da Índia, da antiga Pérsia e até da China. A maioria desses livros descrevia costumes e hábitos de outros povos de um modo derrogatório, preconceituoso, tratando-os como sendo incompreensíveis e inaceitáveis para os europeus. Porém, diversos outros demonstravam que os costumes, por mais bizarros que fossem, faziam sentido para os povos que os praticavam, e que esses povos, como indivíduos, eram dotados de racionalidade mais ou menos semelhante à dos europeus. Pensavam, calculavam, projetavam; sofriam, amavam, adoravam. Mesmo escalonando os povos em uma hierarquia de inferior a superior, muitos filósofos iluministas sentiram que todos pertenciam à mesma espécie, que eram todos parte de uma humanidade única. Tal asserção adveio de um modo de pensar filosófico.

Rousseau, o mais sensível deles, sugeriu em dois livros importantes para a história da modernidade – *O contrato social* e *A origem da desigualdade entre os homens* –, que os povos chamados primitivos representavam na verdade estágios pelos quais todos os povos teriam passado. Seriam estágios próprios e necessários da humanidade. O estágio em que o homem já teria deixado de ser um animal bruto e solitário, ganhara razão e passara a viver em harmonia coletiva, Rousseau chamava de estágio do *bom selvagem*, quando o homem teria sido mais íntegro com sua natureza e, portanto, mais feliz. Tal afirmação carecia de um espírito propriamente científico, estava no nível da especulação, da dedução lógica, com base em percepção intuitiva e comparação difusa. De qualquer modo, foi da maior importância para o desenvolvimento do pensamento antropológico, tanto como parte da filosofia quanto como ciência.

Os filósofos alemães Kant e Hegel, aos seus modos distintos, especularam sobre a natureza do homem e da sua segunda natureza, a cultura. Viram o homem e a cultura como explicáveis somente por conceitos próprios, em processo de transformação contínua (a palavra

*evolução* ainda não entrara em voga), em direção a uma meta, a um lugar que seria a afirmação de seu ser superior perante a natureza. Mais tarde, um discípulo de Hegel, Karl Marx, propôs, tal qual Rousseau, que o homem fora um dia feliz, num tempo de igualdade, mas que o surgimento da desigualdade o fizera perder essa condição. Desde então, toda a história da humanidade seria uma luta contra essa desigualdade, cuja raiz mais profunda estava na divisão social entre os que trabalham e aqueles que usufruem do trabalho alheio. Desconhecendo sua natureza anterior e seu potencial superior, o homem se alienara e sofria com isso. No desenvolvimento do capitalismo, cuja ascensão estava se dando a todo vapor e com toda a brutalidade desde as primeiras décadas do século XIX, Marx via o momento em que o homem poderia se dar conta de sua angústia e ter condições objetivas para superar a desigualdade social. Tal processo se daria pela autoconsciência do trabalhador, a classe social que mais perdera e mais se alienara no processo capitalista. Por ser maioria da população, por compartilhar coletivamente dos processos de trabalho e convivência, por terem uma cultura comum, enfim, a classe trabalhadora estava talhada e estaria destinada a destruir a ordem capitalista, arrancar o poder de mando dos capitalistas e do sistema social que os servia e os justificava, que os alienara e alienara toda a humanidade. Para tanto haveria que se organizar – e essa seria a tarefa de um partido político.

Marx interpreta o homem como ser duplo da natureza e da cultura. A natureza é o dado incontornável de onde surgem o homem e a cultura. O homem vira um ser cultural por conta de sua evolução biológica, sem dúvida; mas é pelo trabalho, isto é, a tarefa realizada como meio para se obter algo mais do que o dado pela natureza, que o homem vira verdadeiramente um ser cultural. A cultura estabelece sua própria lógica, que conflita com a natureza. Tendo saído do domínio da natureza, é pela cultura que a natureza passa a ganhar sentido para o homem. Vulgarmente falando, a cultura não está mais na natureza, mas quer "dominá-la". Essa duplicidade do homem o torna um ser contraditório, o que o projeta a estar em movimento incessante. De sorte que, para Marx, a história da humanidade seria a história das transformações culturais motivadas pela contradição essencial do homem, a qual se realiza, na prática, pela luta entre grupos sociais em posição de desigualdade. Toda cultura, mesmo aquela que parece absolutamente estacionária, está em processo de mudança.

Marx tinha essas idéias formuladas ainda em suas primeiras reflexões filosóficas, antes de tornar-se o revolucionário formulador da estratégia para apressar conscientemente a transformação da sociedade capitalista européia. Ao se defrontar com o conhecimento empírico sobre povos não europeus, especialmente povos que àquela época eram considerados primitivos ou selvagens, cuja literatura descritiva se avolumava e estava se transformando em teorias sobre evolução cultural, Marx buscou incorporar esses novos dados e idéias à sua teoria dialética. No livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, esboçado com base em dados etnográficos e em análises de diversos autores da época, em especial Lewis Henry Morgan, Marx e Engels procuraram abranger toda a história da humanidade numa totalidade significativa. Ao final, Marx e Engels revelam-se discípulos de Hegel: o homem é um ser em movimento (outros filósofos mais tarde diriam "angustiado"), por ter perdido sua condição original de animal, é um ser dependente da cultura e tem uma direcionalidade própria que é de certo modo indecifrada. Constituído pela atividade do trabalho e, ao mesmo tempo, alienado devido ao trabalho, um dia, num futuro que pode ser vislumbrado, mas não determinado, o homem vai ter um encontro consigo mesmo, com sua verdadeira natureza, e assim entrar no reino da liberdade. Com Marx, a Antropologia é tanto ciência quanto reflexão filosófica.

Citamos o exemplo de Marx como um filósofo que busca em dados antropológicos um meio mais sensitivo e empírico para sustentar suas especulações filosóficas, e como suas especulações alimentam teoricamente os estudos antropológicos. Mas não é o único. Com efeito, desde meados do século XIX, na medida em que se iam disseminando os estudos – não mais simples relatos e descrições curiosas – sobre povos não europeus, povos primitivos, povos sem Estado, povos não capitalistas, ou até povos atrasados, conforme eram chamados na época, os filósofos passaram a contar com esses dados nas suas reflexões sobre o homem. Alguns ficaram presos à dicotomia, criada no início da formulação da Antropologia como ciência, entre o suposto homem civilizado e o suposto homem primitivo, como se fossem duas entidades distintas e separadas por um imenso fosso de inteligência e racionalidade. Outros deixaram de lado a especulação e o ponto de vista europeu e passaram a se dedicar ao estudo empírico sobre esses povos, comparando-os entre si e com a sociedade e cultura capitalista, hodierna, contribuindo, assim, com a formulação de novos conceitos sobre cultura e sociedade e seu funcionamento. Entre os filósofos que passaram a ser antropólogos

destaca-se o francês Émile Durkheim (1858-1917), que trouxe imensos aportes para a Antropologia como ciência humana e veio a ser o líder de uma escola conhecida como funcionalismo estrutural, como veremos mais adiante.

De grande importância também, já no início do século xx, foram as proposições do fundador da psicanálise, Sigmund Freud, especialmente em seu livro *Totem e tabu*, que trata das origens do tabu do incesto na sociedade humana, baseadas em inferências sacadas duplamente de interpretações de mitos gregos e do inconsciente do homem moderno. Muitos antropólogos, à época, recusaram a teoria do incesto de Freud, considerando-a fora do âmbito estritamente empírico da ciência, por mais que ele insistisse que seu posicionamento era de um cientista. Todavia, suas proposições deram uma nova perspectiva sobre o assunto, que era motivo de grandes indagações e das mais fantásticas hipóteses, um fato social praticamente universal nas sociedades humanas. Freud desenvolveu sua visão ou filosofia da cultura em diversos textos, especialmente em *A civilização e seus descontentamentos*, nos quais apela para a tomada de consciência como forma de o homem encarar os aspectos dominadores e antilibertários presentes na cultura.

Mais tarde, Claude Lévi-Strauss saberia como usar a especulação de Freud sobre o tabu do incesto para, juntando à análise científico-filosófica de Marcel Mauss (1872-1950) sobre a importância da reciprocidade na convivência humana, compor sua visão da constituição do homem como ser da cultura. A aplicação das descobertas da Lingüística estrutural deu-lhe o paradigma para especular, projetar hipóteses, testá-las e elaborar a teoria de que a cultura funciona como uma língua, meio inconscientemente, determinada por uma estrutura subjacente, e que a função do antropólogo é descobrir o modelo básico que está por trás e que determina a cultura e qualquer aspecto nela contido.

A Antropologia como filosofia da cultura se desenvolve tanto nos aspectos da epistemologia, isto é, das possibilidades lógicas do conhecimento, quanto da interpretação hermenêutica e também no campo das indagações teológicas. Filósofos e teólogos como Ernest Cassirer (1874-1945), Paul Tillich (1886-1965), Mircea Eliade (1907-1986) e Teilhard de Chardin (1881-1955) são usufrutuários e contribuintes das possibilidades que a Antropologia suscita como lógica e filosofia da cultura. Entre os antropólogos propriamente ditos são poucos os que filosofaram sobre a cultura antes da década de 1980, certamente para não serem chamados de especuladores por seus pares. Podemos citar dois que desenvolveram

aspectos filosóficos em seus trabalhos ainda na primeira metade do século xx, quais sejam, Paul Radin (1883-1959), que escreveu sobre o indivíduo e suas propensões filosóficas e religiosas nas culturas indígenas, e Gregory Bateson (1904-1980), cujo livro inicial, *Naven,* desponta como pioneiro do reconhecimento do autoconhecimento dos povos primitivos sobre sua cultura, e por isso é ainda hoje lido e admirado.

Por fim, deixaremos para o final do livro a análise de como alguns princípios derivados da Lingüística estão servindo, por meio da aplicação de proposições filosóficas, para a fundamentação de uma crítica à Antropologia como ciência. Tal crítica, que vem sendo difundida nos últimos trinta e tantos anos, advém da hermenêutica e da influência das idéias dos filósofos Nietzsche e Heidegger. O movimento intelectual que abriga tal crítica, hoje com muita influência na Antropologia praticada nos Estados Unidos e Europa, e outros pensamentos semelhantes, é conhecido como pós-modernismo.

Em contraposição, apresentaremos nossa visão do que poderá ser o futuro da Antropologia como forma científica e filosófica do pensar sobre o homem. Tentaremos mostrar que essa nova visão não pode prescindir das contribuições feitas por outras correntes antropológicas na medida em que elas definiram aspectos lógicos do ser humano e abriram o espaço para novas pesquisas científicas e novas especulações filosóficas. É com o espírito de reconhecimento aos antropólogos e filósofos que definiram o nosso campo de atuação que este livro pretende concluir sua trajetória de explanações e proposições.

## Nota

[1] Cf. Pedro Paulo Funari, Arqueologia, São Paulo, Contexto, 2003.